

A história passou na janela, mas a Adunicamp não viu

**José Ricardo Figueiredo*

O ato público promovido pela FIESP, no dia 21 de dezembro passado, com participação de lideranças sindicais expressivas, em oposição à política econômica do governo, surpreendeu pelo inusitado da aproximação entre capital e trabalho, setores que costumamos ver de lados opostos. Mas a reunião tem bases sólidas: a necessidade comum a trabalhadores e empresários produtivos por mudanças nas políticas de juros e de câmbio e elaboração de uma política de desenvolvimento industrial voltada ao crescimento econômico, permitindo combate ao desemprego.

Articulando setores sociais tão amplos, a reunião obteve farta cobertura da imprensa por somar peso social decisivo nos embates contra os defensores da atual política econômica, firmemente enraizada no Poder Executivo, embora socialmente favoreça apenas aos setores especulativos do empresariado nacional e estrangeiro.

É desnecessário enfatizar a relevância do combate à atual política econômica e pela retomada do crescimento para a solução da crise financeira por que passam as Universidades. Os recursos escasseiam para as Universidades, e demais serviços públicos, porque a recessão reduz a arrecadação, e os juros altos drenam parcela cada vez menos suportável destes mesmos recursos.

A Assembléia da Adunicamp teve oportunidade de pronunciar-se sobre a questão. Reunida a 18 de dezembro de 1998, a Assembléia havia aprovado o envio de oito representantes ao próximo Congresso da Andes em Fortaleza, e deliberado opor-se aos cortes orçamentários, conforme relatado no Boletim da entidade. Argumentando com a coincidência de importantes objetivos do movimento docente e aquele ato conjunto da FIESP com sindicalistas, apresentei proposta de participação da Adunicamp no evento, proposta que foi derrotada.

Foi dominante um discurso de rejeição radical a alianças com a burguesia. Mas manifestou-se também a voz do imobilismo, argumentando com a própria falta de representatividade da Assembléia para decidir ir a tão importante ato (sem explicar por que a Assembléia seria representativa para decidir não ir, como acabaria ocorrendo). O imobilismo também reiterou sua oposição à divulgação

de matérias pagas na imprensa como forma de combate à desinformação da mídia contra o serviço público, argumentando com os altos custos da matéria paga (embora sem dizer qualquer valor).

Estou convencido que a grande maioria dos docentes não recusa por princípio alianças com o empresariado quando há tão claro e relevante objetivo comum. A aliança do radicalismo anti-burguês com o radicalismo imobilista só pôde ser majoritária devido ao esvaziamento da Assembléia.

Não se veja aqui uma crítica à atual Diretoria. Esta vem promovendo assembléias periódicas, eventos culturais importantes, vem combatendo dignamente os cortes de gastos públicos e o desmonte da Universidade, assunto sobre o que editou um informativo jornal. De minha parte, tenho tido desta Diretoria espaço, para divulgação de artigos de minha autoria, que não encontrei em diretorias anteriores. Não se veja também aqui qualquer crítica aos colegas que defenderam seu ponto de vista político com sinceridade.

Mas há uma constatação crítica a todos nós, associados da Adunicamp, por nosso posicionamento, omissão ou insuficiente defesa da proposta. Diante desta importante reunião entre empresários e trabalhadores pela mudança da política econômica, a Adunicamp optou por ignorar interlocutores sociais importantíssimos, e por não engajar-se num debate central da política econômica. Parafraçando o Chico, a História passou na janela, mas a Adunicamp não viu.

Como a política econômica continuará a prejudicar trabalhadores, empresários produtivos e servidores públicos, novas oportunidades de ação conjunta poderão surgir. Para isto, é importantíssima a participação mais ativa dos associados na vida da Adunicamp. Seria muito benéfico, por outro lado, que a Diretoria tomasse a iniciativa de rediscutir com seriedade temas como a estratégia de ampliação dos interlocutores sociais do movimento docente e as formas de luta da associação.

** José Ricardo Figueiredo é docente da Faculdade de Engenharia Mecânica e ex-presidente da Adunicamp*

Consu aprova férias coletivas e extinção de cargos e funções

Com o objetivo de discutir e deliberar sobre o orçamento da Unicamp para 1999, o Consu realizou uma reunião extraordinária no último dia 18 de dezembro. Na ocasião, a Adunicamp distribuiu um documento aprovado em sua Assembléia com críticas à forma pela qual a Reitoria tratou da questão dos cargos e funções não preenchidos e da própria condução da elaboração da proposta orçamentária para a Universidade.

Entre as principais decisões aprovadas pelo Consu está a adoção de férias coletivas para janeiro do ano 2.000, das férias vencidas no período de março a dezembro de 1999. As férias já vencidas ou que deverão vencer até 28 de fevereiro de 1999, deverão ser usufruídas normalmente. Outra medida aprovada é o contingenciamento de 95% dos recursos de vacâncias docentes, técnico-administrativos e operacionais. Em outras palavras, apenas 5% das verbas de demissões e aposentadorias destes trabalhadores poderão ser utilizadas novamente.

Foram mantidos os 2% da avaliação dos servidores técnico-administrativos e operacionais, só que agora com novos critérios de utilização. Além disso, o Consu aumentou o preço da alimentação cobrado dos estudantes nos restaurantes universitários para R\$ 2,00. Os preços de alimentação e transporte cobrados dos funcionários foram mantidos.

Também foi criada uma comissão formada pelos membros da COP e mais quatro docentes com o objetivo de aprofundar as discussões sobre os recursos extra-orçamentários. A comissão deve apresentar um relatório ao Consu na reunião de fevereiro. Além dessa, duas outras comissões foram criadas. Uma para discutir as gratificações e outra a extinção de vagas.

Outra mudança aprovada na reunião extraordinária é com relação à avaliação da Proposta Orçamentária da Unicamp, que passará a ser trimestral e não mais apenas anualmente, como era feita anteriormente.

Adunicamp apóia manifestação da Congregação do IEL

Em meados de novembro último, recebemos de colegas do IEL um pedido para que a Adunicamp se posicionasse a respeito dos termos dos ofícios encaminhados pela Pró-Reitoria de Pesquisa a docentes beneficiados com recursos do FAEP, cobrando-lhes os relatórios de atividades e prestações de contas. Infelizmente, por motivos de ordem operacional, deixamos de atender à solicitação no devido tempo. No momento, pedimos aos colegas que aceitem nossas desculpas por esse lapso e manifestamos nosso desagravo em relação aos termos do referido ofício por considerá-los autoritários, intimidatórios e, portanto, incompatíveis com o espírito e a prática democráticos, tão caros ao ambiente universitário. Ao lado, publicamos o documento aprovado pela Congregação do IEL, reunida em 28 de outubro de 1998, sobre o ofício da PRP/FAEP.



UNICAMP
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

CONGREGAÇÃO

A CONGREGAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, em sua 94ª Reunião Ordinária, realizada em 27/10/98, decidiu manifestar à Pró-Reitoria de Pesquisa da UNICAMP seu desgosto e preocupação com os termos em que está redigido o Ofício PRP/FAEP 093/98, dirigido a diversos docentes desse Instituto.

Essa Congregação entende que nada justifica o tom intimidatório e ameaçador da correspondência dirigida por um Pró-Reitor a colegas docentes, nem mesmo um reiterado descumprimento de prazos na entrega de relatórios, ainda que esse não seja o caso de todos os destinatários.

A essa Congregação parece inadequado o linguajar de tom autoritário, que não contribui para o relacionamento entre as Unidades e a Reitoria.

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 28 de outubro de 1998.

Raquel Salek Fiad

Prof. Dr. RAQUEL SALEK FIAD

PRESIDENTE